

OS JARDINS BOTÂNICOS E A ARTE DE PASSEAR

Hugo Segawa

Na virada do século XVIII para o século XIX surgiram os jardins botânicos no Brasil. Podemos entender o significado desses estabelecimentos científicos nos enunciados instauradores de Domingos Vandelli, em sua *Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos*, escrita em 1770 (1) e no *Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil*, de Manuel Arruda da Câmara, de 1810 (2). Os jardins botânicos no Brasil desse período e o discurso de Arruda da Câmara têm seus antecedentes em Vandelli e seus ideais inspirados na fisiocracia, como já observei em outra ocasião (3;4). Nas dez páginas em que Vandelli sumariza a “utilidade dos jardins botânicos”, reconhece-se o princípio de apontar a terra como a fonte de riqueza das nações. Um fragmento dessa memória sintetiza a natureza do recinto:

Quão grande seja a utilidade de um jardim botânico (além do gosto de ver juntas as plantas de todas as partes do mundo, e do proveito que delas recebem, a medicina, as artes, o comércio etc) para a agricultura, só o ignora aquele que não sabe quantas plantas de regiões remotas por meio dos jardins são hoje comuns e ordinárias na Europa, e cujo número se vai cada dia aumentando; de que é prova evidente França, Suécia e Alemanha. Porquanto, com o conhecimento botânico adquirido nos mais célebres jardins, têm os ingleses e franceses examinado e reconhecido a maior parte das plantas que nascem nas suas conquistas da América, e têm tirado imensa utilidade, e cada vez poderão tirar mais lucro (5).

Para além desse olhar pragmático sobre os potenciais da natureza, ela também vai merecer nessa época uma contemplação peculiar, não menos notável na percepção científica e racional na filosofia das luzes. Os jardins botânicos também foram um cenário idílico para as mentes paudadas pelos valores iluministas. Nosso intento aqui é estabelecer uma correlação entre os jardins botânicos e o que convencionaremos chamar de “a arte de passear”.

ENCANTAMENTO PELA PAISAGEM E PELOS PASSEIOS Ao se examinar alguns dos vários relatos de viajantes do século XIX que se referem aos jardins botânicos, as descrições e apreciações não se limitam apenas ao recinto. O caminho para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro certamente foi um dos mais admirados pelos viajantes daquele tempo. O francês Ferdinand Denis, que viveu no Brasil entre 1816 e 1831, extasiou-se:

Difícil seria imaginar a inexprimível beleza dos sítios que se oferecem à vista, ao longo do caminho que se tem de percorrer para chegar a ele [Jardim Botânico]. As sossegadas águas da baía, que forma esses lagos interiores, à borda dos quais se elevam tão graciosas habitações; os cabeços de granito carregados de plantas espessas que atestam o que deve ser a vegetação nos lugares em que é favorecida pelo solo ou pela indústria; essas colinas cobertas de mato, que são boas de ver, entre os ventos tempestuosos e as sossegadas campinas em que se ostenta tanta opulência (...) (6)

A britânica Maria Gaham, numa visita ao Jardim Botânico em dezembro de 1821, referia-se à baía de Botafogo e arredores:

(...) talvez a mais bela vista nos arredores do Rio, cidade tão rica em belezas naturais. Seu encanto é realçado pelas numerosas e belas casas de campo que a circundam agora. Todas surgiram com a chegada da corte de Lisboa. Antes disso este lugar encantador era habitado somente por alguns poucos pescadores e ciganos, com talvez uma ou duas vilas em suas margens junto aos pomares. Além da baía, caminhamos por um lindo caminho até a lagoa Rodrigo de Freitas (7).

As qualidades paisagísticas e sociais no percurso ao Jardim Botânico não escaparam da observação de Spix e Martius:

O caminho (...) quase nunca está deserto, porque muita gente da cidade possui neste lugar as suas casas de campo. (...) A região da lagoa Rodrigo de Freitas, assim como os vizinhos bairros de Botafogo e Catete são considerados especialmente saudáveis, e muitos dos ricos cidadãos do Rio possuem chácaras por esses lados, nas quais passam os meses da bela estação do ano. As ruas para ali são muito freqüentadas por passeantes a cavalo ou de carro (8).

O gosto pelo passeio e a deferência pela paisagem ganharam contornos especiais na segunda metade do século XVIII. Na literatura, obras como *As afinidades eletivas* (1809) (9) ou *Viagem à Itália* 1786-1788 (10) de Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) testemunham esse apreço pela vilegiatura, pela sensibilidade à natureza. Todavia, não foram escritores como Goethe que teorizaram sobre essas práticas. Um pouco conhecido filósofo alemão, Karl Gottlob Schelle (1777-?) escreveu um compêndio, publicado provavelmente no primeiro quartel do século XIX, *A arte de passear* (11), que expressava os valores que nos interessam correlacionar no presente ensaio. O que preceituava Schelle?

Uma arte do passeio seria de interesse para todas as pessoas cultas que gostam de flunar, com o espírito e os sentidos alertas, tanto na natureza como nos locais frequentados, e de usufruir plenamente da natureza e da sociedade durante seus passeios (11).

Quais são os objetos do passeio, segundo o filósofo?

A natureza e o gênero humano, a primeira na variedade de suas paisagens, o segundo sob seu aspecto mais alegre, são, ao mesmo tempo, o cenário e os objetos do passeio. De fato, poderá existir para o indivíduo alguma coisa mais importante do que a natureza e o gênero humano? Aquele que possuísse a noção mais pura do gênero humano e da natureza e a guardasse em seu coração seria, inegavelmente, o mais satisfeito dos homens. Não se pode atribuir ao passeio posição mais eminente, mostrando que ele é altamente benéfico para essa grande noção.

Mantendo-nos primeiro no campo da natureza, observamos que a natureza é muito mais bela e variada do que a monotonia sem encanto de uma região privada de qualquer vegetação que dá ao espírito, aliás, de diversas maneiras, essa impressão de harmonia durante o passeio e que o põe em contato com inúmeros fenômenos muito agradáveis (11).

O NATURALISTA E O OBSERVADOR INGÊNUO O filósofo alemão fazia uma ressalva sobre os modos de apreciação da natureza:

Mas o interesse do passeante pela natureza não deveria ser de ordem intelectual. Tal interesse iria além da simples impressão das coisas, além de sua superfície encantadora, e transformaria a livre atuação da imaginação, pura

atividade de repouso em um negócio sério, tão esfalfante para o espírito quanto extenuante para o corpo. A natureza só pode agir de forma plena e pura para alegrar o espírito, para torná-lo capaz de receber fielmente as coisas, para lhe dar um conhecimento familiar de seus fenômenos, se é na única predisposição interior favorável ao passeio, naquela em que nos deixamos levar por nossas impressões, com a alma ingênua e não apenas passiva. Temos o direito de nos perguntar se um naturalista, habituado a dissecar as coisas da natureza em seus diferentes componentes e a classificá-las em categorias, é capaz desse interesse puro que demonstra para com a natureza o observador ingênuo que se abandona ao simples espetáculo que ela oferece (11).

Pode-se intuir, a partir dessa observação de Schelle, as relevâncias distintas entre a descrição de um cientista e de um leigo sobre o mesmo lugar.

O naturalista Hermann Burmeister, em visita ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1851, deixou o seguinte testemunho:

[O Jardim Botânico] Não passa de um parque público ornamentado com plantas exóticas, entre as quais as plantas de especiarias, como o cravo da Índia, a pimenta, e a canela, que despertam grande interesse. (...) As muitas palmeiras e a fruta-pão, que superam as do Passeio Público, constituem uma das grandes belezas e atrações do Jardim Botânico. Esforçam-se também aí, em cultivar flores e ervas europeias, mas os entendidos logo notam que elas vivem em terra estranha. Dizem que a direção do Jardim é deficiente, motivo pelo qual ele não atinge sua finalidade de instituto científico (12).

O alemão Carl Seidler, de modo geral um viajante crítico sobre o Rio de Janeiro dos anos 1830, enlevou-se com o mundo natural no Jardim Botânico:

Penetramos (...) no esplêndido jardim, ornado de todos os tesouros do reino vegetal, e que tem uma área de cerca de duas léguas quadradas. Aqui se vê claramente com que infinita bondade, poder-se-ia dizer com que predileção, a mãe natureza abençoou a esta terra abundantemente, mais que a todas as outras. As plantas de todas as zonas, naturalmente excetuadas as do extremo norte e as do extremo sul, medram aqui exuberantemente e com pouco trato de mão humana (13).

Com o título *Interesse do espírito e condições necessárias ao passeio*, Karl Gottlob Schelle insinuava a educação do olhar no ato do passeio:

Na verdade, o interesse que tem o passeante pela natureza deveria ser de ordem estética. Apenas a consideração estética da natureza permite a livre atuação das forças da alma. Somente ela é capaz de prosperar com o encanto da aparência da natureza, com o fim de melhor conhecê-la na diversidade de seus fenômenos. Ela favorecerá também de forma indireta, através de impressões suscitadas por cenas grandiosas e tocantes, o interesse moral pela natureza, precedendo assim a atividade do espírito que, fundamentando a observação num interesse puramente intelectual e moral, transforma a livre atuação das forças da alma, tão necessária à finalidade do passeio, em um negócio sério (11).

Foi o publicista francês Charles de Ribeyrolles quem deixou um testemunho, de 1858, na fronteira entre a botânica e a literatura:

Há ainda outros recantos deliciosos, porém bastante afastados, (...) e entre todos, o Jardim Botânico, fechado, ou melhor, perdido na lagoa de Rodrigo de Freitas, ao fundo de Botafogo.

Maravilhoso oásis esse terreno emoldurado de altos morros, recebendo do mar a brisa fresca por uma fresta que se lhe abre em frente. Contudo,

há cinquenta anos, não era mais que poeira e pântanos pestíferos. É hoje jardim das plantas, das bananeiras e das essências. E essa risonha metamorfose deve-se ao rei D. João VI. Se ele pouco se dava às ideias e às guerras, comprazia-se com as flores. Deus proteja e perfume a sua alma. Nesse jardim, pobre em espécies, deficiente quanto à ciência, se ostenta dupla colunata como jamais tiveram palácios e templos. É uma aldeia de palmeiras em dois renques. Regularmente espaçadas, cheias em baixo, de fuste esbelto, abrem-se em capitel numa coroa de flores. Nunca cabeças de fidalgos ostentaram tão belas plumagens. Lá estão elas de guarda, noite e dia, imóveis como mármore. Aos raios do luar, à vista desses alvos espectros, dir-se-ia uma enfiada de colunas tebanas.

Esse primeiro aspecto de grande alameda ao mesmo tempo encanta e impressiona. Não se quer ver nem procurar mais nada. Faz-se a corte às palmeiras. E que se encontraria mais longe? Ricas essências sem competição, nacionais ou estrangeiras. Mas aqui domina o exótico, o que é lamentável dano. A aclimação é dever e necessidade para essa pobre Europa esgotada de germes, que sabe o que possui. Aqui a terra é virgem e quase desconhecida. O primeiro trabalho deve-se ao solo, e anos bastantes se passarão antes que a exploração, hábil e paciente, acabe o seu inventário. O Jardim Botânico do Rio devia ser, antes de tudo, brasileiro (14).

UTILIDADE E APRAZIBILIDADE A condição simultânea de recinto científico e de passeio foi um traço marcante nos jardins botânicos ao longo do século XIX. Todavia, os testemunhos de época caracterizam essa dualidade como oposição. O atual Jardim da Luz é o reduzido remanescente do primeiro jardim botânico na cidade de São Paulo, inaugurado em 1825. Uma autorização do governo imperial de 8 de outubro daquele ano permitiu que o presidente da província facultasse “ao recreio público” aquele recinto criado para observação e aclimação de plantas. Em 1838, a Assembleia Provincial alterou a denominação do lugar de Jardim Botânico para Passeio Público, sem abdicar de seu eventualmente aproveitamento para fins botânicos. E pouco depois que o presidente da província de São Paulo, Rafael Tobias de Aguiar, se dirigisse à Assembleia Provincial em busca de recursos. Em 1835 ele demandava: Continua-se a trabalhar no Jardim estabelecido nesta cidade; ainda que seja uma despesa que mais toca ao agradável do que ao útil, não se pode dispensar, uma vez que ele já serve de recreio aos cidadãos em certos dias, e não é conveniente abandonar uma obra começada, perdendo-se o que está feito (15).

Em 1844, o presidente Manuel Felizardo de Sousa e Melo repetia a retórica de Tobias de Aguiar, buscando fazer a Assembleia ver as vantagens que “o jardim público oferece aos habitantes da nossa cidade”, “um lugar de lazer, onde eles aprendem a dar valor a todas as belezas da natureza”, e incitando “os deputados a concordarem com alguns sacrifícios, em prol do embelezamento do jardim, acrescentando (...) que seria vantajoso formar-se nele um viveiro de árvores e outras plantas exóticas, cujas mudas seriam depois distribuídas entre os agricultores” (16).

Em Belém do Pará, o primeiro jardim botânico estabelecido no Brasil, em 1798, bem como o Jardim ou Horto das Caneleiras, criado em 1809, também serviram como passeios públicos (4). Em descrição de Antônio Ladislau Monteiro Baena, publicada em 1839, ele anotava a decadência dos recintos:

Tanto este horto [das Caneleiras] como o Jardim Botânico, (...), se tudo fosse tratado debaixo de outra ordem sistemática, facilmente se congruaria a utilidade com a aprazibilidade acreditando-nos com os estrangei-

ros inteligentes, que tais lugares visitassem. É isso mesmo? Porém hoje que a câmara municipal tem mudado a disposição da superfície do Piri pela circunscrição de terrenos dados em foro, e pelo abrimto de ruas e travessas, que se não pode conjecturar quando serão circuitadas de casas, estão abortadas todas as esperanças de amenizar e utilizar o melhor desafogo da cidade, isto é, a localidade mais apropriada para um passeio público indispensável aos habitantes de uma cidade quase subjacente ao círculo equinocial (17).

E completava o quadro desolador:

Já há muito que este Jardim Botânico cessou de ser o objeto de proveito e diversão pública: hoje nada mais patenteia do que as tristes resultas da incúria, e em lugar do antigo coruchéu aparece uma ignóbil casa junto ao poço, na qual moram as lavadeiras do extinto Hospital Militar (...) (17).

Não muito distinta da situação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. O reverendo norte-americano Robert Walsh, em 1828-1829, registrou:

Ele é chamado de Jardim Botânico, mas não faz jus ao nome. Existem muitas outras espécies representativas da imensa variedade de plantas nativas, e não se faz a menor tentativa de classificá-las ou organizá-las cientificamente. Na realidade, o jardim é um pouco mais do que um local de descanso, onde as pessoas vão para passear e tomar a fresca (18).

Na ausência de uma atividade científica consistente após a morte de frei Leandro do Sacramento em 1829, o recinto passou a ser mais uma área de recreação. Regulamento policial de 6 de setembro de 1838 facilitava “aos simples curiosos a vista do jardim e aos que aí apareciam para fins mais sérios, como o estudo e investigação dos vegetais aí existentes”, registrava João Barbosa Rodrigues, lamentando que o jardim, em fins dos anos 1860: (...) foi aberto francamente ao público e houve mesmo a condescendência de colocarem-se aí muitas mesas de madeira, como nas estalagens de aldeia. (...) Foram então facilitados os piqueniques ao ar livre e tornou-se um simples jardim de recreio (...) [e que] (...) com a força de vegetação no clima do Rio de Janeiro o passeio tornou-se em pouco tempo um grande parque encantador, excitando a admiração dos visitantes. Infelizmente, como triste reverso da medalha, certas alamedas sombreadas, certos grupos lembravam, ao menos pela elegância e beleza grega, os bosques sagrados de Paphos e Amathonte, enquanto, nas moitas próximas do lago, ruidosos cânticos de culto do Baccho moderno recordavam os furores harmoniosos das Menades (19).

Segundo Barbosa Rodrigues, enquanto D. João zelou pelo recinto, o Real Horto foi “inteiramente privado e particular”, “(...) era o passeio favorito do regente (...)”, onde “(...) passava dias inteiros, animando os trabalhos com sua presença”. A sua abertura para visitantes se deu no reinado de D. Pedro I, com a permissão do seu diretor e acompanhados por praças do corpo de veteranos (19). As excursões e almoço descritos pela britânica Maria Graham datam desse primeiro momento.

Em relatório ao presidente do Imperial Instituto Agrícola em 1884, o então diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Nicolau Joaquim Moreira, registrava a persistência da dualidade:

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro continuava a ser o local preferido por nacionais e estrangeiros, que desejam fruir, por algumas horas,

prazeres campestres, respirar um ar puro e vivificados, e admirar, em extenso panorama, a pujança da vegetação brasileira.

Numerosas famílias para aí dirigem-se cotidianamente, e no meio de folgedos de toda a espécie fazem suas refeições à sombra de copados grupos de bambus, aprazendo-se com o rumorejar das folhas das árvores batidas pela viração e com o fragor das águas que precipitando-se pelos degraus da cascata, chegam à planície onde, recebidas e canalizadas, serpenteiam por toda a extensão do Jardim até perderem-se na conhecida lagoa de Rodrigo de Freitas (20).

O avesso desse relato de sabor romântico comparecia em seguida, no mesmo relatório:

Entretanto, Exmo. Sr., o Jardim Botânico não pode, nem deve, continuar a ser, como até hoje, unicamente lugar de recreio; convém que ele procure, não só justificar o valor do adjetivo que o qualifica, como ainda nivelar-se com os seus congêneres europeus e americanos, sendo de notar que, para atingir-se um tal objetivo, não se reclamam largos e pesados sacrifícios (20).

Ao assumir a direção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1890, João Barbosa Rodrigues se esforçou em reorganizar as atividades científicas do recinto e conseguiu fazer baixar um regulamento policial, que “moralizou o jardim, suprimindo entrevistas e piqueniques”, exultando porque “as mesas que desonravam o jardim foram arrancadas, aumentando-se o número de bancos” (19). O discurso de Barbosa Rodrigues era claro: havia uma incompatibilidade entre um recinto com finalidades científicas e o jardim de recreio que ele encontrou ao assumir a direção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. “Moralizar” o jardim, recompô-lo como “um terreno da ciência” eram recursos para superar o estigma que o botânico presumia remover pela consolidação do feitiço científico daquele lugar. A ótica do naturalista ao admirar a natureza não era a mesma do olhar poético em busca do pitoresco da paisagem. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro deveria ser o santuário da ciência – daquela que tomava consistência na vigência do positivismo oitocentista –, e não do mundanismo – aquele que se afirmava no meio urbano da corte no final do século XIX. A veneração à ciência não era compatível com o culto das vaidades. Os jardins botânicos também foram cenários da arte de passear. Ali desfilavam a conjunção idealizada entre a natureza e a sociedade, entre o corpo e o espírito, seguindo as indicações de Karl Gottlob Schelle:

Essas duas formas de flunar, em meio à natureza e nos passeios públicos de uma cidade, respondem bem à finalidade do passeio, mas nenhuma responde plenamente. As duas deverão ser combinadas se quisermos que o passeio reúna todas as vantagens que nossa experiência intelectual tem o direito de esperar. Aquele que só flanasse nos passeios públicos testemunharia muita pouca sensibilidade pela natureza, enquanto aquele que se empenhasse em evitar os passeios públicos em troca de um comércio solitário com a natureza faria muito pouco caso das vantagens que a vida em sociedade traz à cultura sob todas as suas formas (11).

Mas, nos jardins botânicos, o protagonismo da natureza atribuiu a esses recintos uma qualidade que os jardins públicos em geral não ostentavam. Concluo com as palavras de Schelle:

Da mesma forma que é preciso sempre continuar a se cultivar e a ler para conservar laços com a cultura e a literatura, o amigo da natureza sempre deve continuar a conviver com ela para nela não se tornar um estranho. (...) Também o espírito humano tem sempre necessidade de conservar seu sentido

de natureza, para manter vivaz o interesse que tem por ela. Como a amizade, o sentido da natureza precisa ser constantemente conservado por contatos, sem o quê o sentimento, tanto da amizade quanto da natureza, acaba por se extinguir completamente, mesmo nos corações mais sensíveis (...).

Passeios frequentes em meio à natureza preservam o sentido da natureza e dão a ela a ocasião de ter uma influência benéfica sobre os corações. Todo homem que não é desprovido de nobreza se sente mais puro e mais humano no seio da natureza (11).

Hugo Segawa é arquiteto, doutor em arquitetura e urbanismo, professor associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). Email: segawahg@usp.br.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Vandelli, D. *Dicionário dos termos técnicos de história natural de Domenico Vandelli*. Ed.fac-sim. Rio de Janeiro. Dantes. 2008.
2. Câmara, M. A. da. “Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil”. In: Câmara, M. A. da. *Manuel Arruda da Câmara: obras reunidas*. Coligidas e com estudo biográfico por José Antonio Gonsalves de Mello. Recife. Prefeitura da Cidade. 1982. pp.195-227.
3. Segawa, H. “Os jardins públicos no período colonial e o Passeio Público do Rio de Janeiro”. *Barroco*, Belo Horizonte, n.12, pp.147-160. 1982/83.
4. Segawa, H. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo. Studio Nobel. Fapesp, 1996. pp.109-113, 114-120.
5. Vandelli, op. cit. pp. 295-296. Transcrição com ortografia atualizada.
6. Denis, F. *Brasil*. Belo Horizonte. Itatiaia. São Paulo. Edusp. 1980. p.129.
7. Graham, M. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. São Paulo. Editora Nacional. 1956. p.179.
8. Spix, J. B., Martius, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1938. p.141, passim.
9. Goethe, J. W. Von. *As afinidades eletivas*. Nova Alexandria. 2008.
10. Goethe, J. W. Von. *Viagem à Itália 1786-1788*. Companhia das Letras. 1999.
11. Schelle, Karl Gottlob. *A arte de passear*. Martins Fontes. 2001. pp.12, 24-25, 26-27, 29, 37 e 77-78.
12. Burmeister, H. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte. Itatiaia. Edusp. 1980. pp. 84-85.
13. Seidler, C. *Dez anos no Brasil*. Edusp. 1980. p.64.
14. Ribeyrolles, C. de. *Brasil pitoresco: história, descrição, viagens, colonização, instituições*. Edusp. 1980. p.192.
15. Bruno, E. S. *História e tradições da cidade de São Paulo*. José Olympio, Vol.2. 1954. p.533.
16. Saint-Hilaire, A. *Viagem à província de São Paulo*. Martins. Edusp. 1972. p.162.
17. Baena, A. L. M. *Ensaio corografico sobre a província do Pará*. Typographia de Santos & Menor. 1839. pp.258, 156.
18. Walsh, R. *Notícias do Brasil 1828-1829*. Edusp. 1985. p.204.
19. Rodrigues, J. B. *Hortus Fluminensis ou breve notícia sobre as plantas cultivadas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. Typ. Leuzinger. 1894, pp.xvii, xx, passim.
20. Moreira, N. J. “Relatório do Jardim Botânico” - 1884. *Apud* Gaspar, C. B.; Barata, C. E. *De engenho a jardim: memórias históricas do Jardim Botânico*. Capivara. 2008. pp.191, 192.